

Início da revisão divide partidos

Os presidentes da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), e do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), decidiram ontem formar uma comissão bicameral para definir os princípios gerais da revisão constitucional. A comissão vai propor um Regimento Interno para a assembléia constitucional revisora e fixar a data de início dos trabalhos. Ela será formada por 44 parlamentares, sendo 22 titulares. A divisão será feita proporcionalmente ao tamanho das bancadas no Congresso.

Os líderes do PMDB, PFL e PSDB querem determinar logo o prazo de início e término da revisão constitucional. Ontem, os três líderes lançaram um documento propondo o prazo de 6 de outubro deste ano e 15 de fevereiro de 1994 para a duração da revisão. O líder do PSDB, deputado José Serra (SP), acha que o melhor mesmo é concluir a revisão ainda este ano. O documento foi elaborado na casa de Serra, num jantar com os líderes do PMDB e do PFL, deputados Genebaldo Correia (BA) e Luiz Eduardo Magalhães (BA). A oposição à data de 6 de outubro para o início da revisão é do PDT e PT.

A intenção principal dos líderes é evitar a coincidência entre a revisão e as eleições gerais no ano que vem. Essa coincidência "sig-

nificaria abrir uma crise política com data marcada e de alta gravidade", assinalou o trio, no documento. Os líderes, depois de promoverem a discussão do assunto em suas bancadas, pretendem levar o tema aos outros partidos. Com o apoio das principais lideranças legislativas, eles querem realizar um mapeamento da Constituição, definindo o que deve ser alterado.

Por essa sistemática, já no início da revisão, o Congresso Nacional teria selecionado os dispositivos que deveriam permanecer sem alteração. "O importante é concluí-la com a rapidez que a estabilidade política nacional requer", defenderam. Nas discussões preliminares, eles querem acertar todos os pontos de consenso e divergências. Objetivamente, os três líderes querem: obter o máximo acordo sobre o conteúdo das mudanças na Constituição e delimitar claramente as divergências, "facilitando a votação durante o processo de revisão".

O jantar dos líderes reforçou a conversa promovida pelo presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, com os principais líderes partidários em almoço, terça-feira quando ficou acertado que o Congresso deveria aprovar o mais rápido possível um decreto legislativo definindo a data de início da revisão.